

A) O TRABALHO NO MUNDO

Origens

As origens do significado da palavra trabalho não são muito nobres. Trabalho vem do latim *tripalium*, que era um instrumento de tortura composto de três paus. Trabalhar (*tripaliare*), portanto, significava torturar ou fazer sofrer. Segundo a Bíblia, o trabalho é a punição imposta por Deus ao homem por ele ter desobedecido Sua vontade. Assim, o homem foi expulso do paraíso e teve que trabalhar para sobreviver.

Desde os primórdios da civilização, o trabalho era considerado uma atividade desonrosa e indigna da condição humana, cabendo somente aos escravos. Isso porque, segundo Platão, “os escravos não possuem alma, razão pela qual podem trabalhar”. Já para Aristóteles, “o ócio é condição fundamental da filosofia”. Os homens livres que desenvolvessem qualquer atividade lucrativa eram tratados com desprezo e chamados de negociantes, que significa, literalmente, aqueles que negam o ócio.

Hoje em dia, o homem aprendeu a aceitar o trabalho como parte fundamental da vida, pois ele é essencial para satisfazer as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, educação, saúde e lazer. O significado do termo trabalho também é outro atualmente, podendo ser definido como “qualquer atividade física ou mental do homem aplicada às coisas a fim de se obter delas alguma utilidade” ou como a “aplicação das forças e faculdades do homem na produção ou composição de alguma obra”.



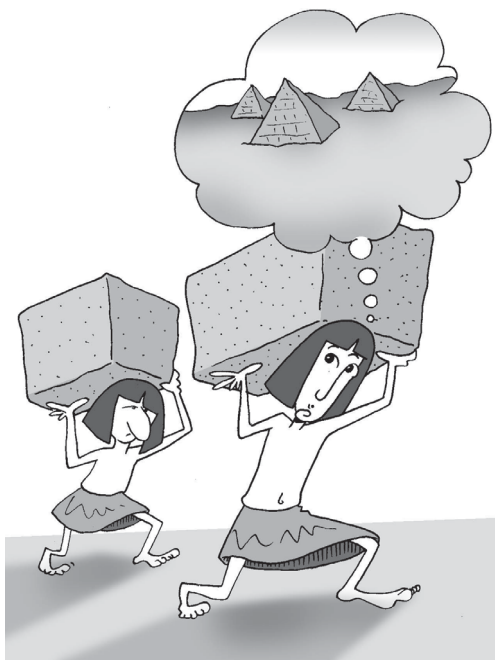
Pré-História e Antigüidade

O trabalho organizado teve início com o aparecimento de uma estrutura cerebral humana mais complexa, o que propiciou o desenvolvimento da linguagem e a invenção de algumas ferramentas. Nessa época, o trabalho consistia em algumas tarefas simples que tinham um único objetivo: conseguir comida.

Na Antigüidade desenvolveu-se o primeiro sistema econômico e social de que se tem notícia, o comunismo primitivo. Nesse sistema, todos os bens produzidos eram de propriedade comum e cada um trabalhava para a manutenção da coletividade. Mas, com o início das atividades agrícolas, as condições mudaram, surgindo a necessidade de braços

para a lavoura. Desenvolveu-se, então, um novo tipo de relação econômica e social, a escravidão, onde alguns homens eram subjugados por outros a fim de lhes prestarem serviços.

Por volta de 2.500 a.C., o trabalho já apresentava uma organização e divisão suficientes para permitir a construção de obras como as pirâmides do Egito, sem a ajuda de máquinas ou de qualquer forma de energia além do trabalho humano. Apenas em uma delas, a Grande Pirâmide de Gizé, foram utilizados mais de 100 mil trabalhadores (entre escravos e camponeses) durante mais de 20 anos. É óbvio que havia uma grande sistematização e coordenação para resolver problemas como a engenharia e a logística da construção e a moradia e alimentação desse enorme exército de pessoas.



14

Idade Média e Moderna

Na Idade Média, surge um novo tipo de relação econômica chamada de servidão ou trabalho servil, onde os homens que trabalhavam a terra ficavam vinculados a ela, da mesma forma que o gado e os bens imóveis. A estrutura de classes na Idade Média refletia a divisão de trabalho que então existia. A classe nobre era a proprietária das terras e da riqueza, protegendo seus servos e organizando o trabalho em seus domínios. O grosso da população era constituída de camponeses, a maior parte destes vinculada diretamente à terra e ao senhor feudal, que lhes oferecia proteção em troca de uma parte da produção e da prestação de alguns serviços. Havia poucos homens livres que trabalhavam em troca de salário.

Nas cidades medievais, onde a maior parte da população era livre, apareceram as corporações de ofício, que regulavam o trabalho e o comércio dos artesãos e de seus ajudantes e aprendizes. Com o aumento dos mercados e o crescimento das cidades, os mestres artesãos passaram a desempenhar as funções de mercadores e negociantes, contratando os ajudantes e aprendizes como empregados nas oficinas, dando início à relação empregador-empregado.



Origens da Revolução Industrial

A indústria foi uma decorrência do crescimento das oficinas medievais. Entre os séculos 16 e 18, a atividade industrial cresceu bastante no mundo, principalmente pelos seguintes fatores:

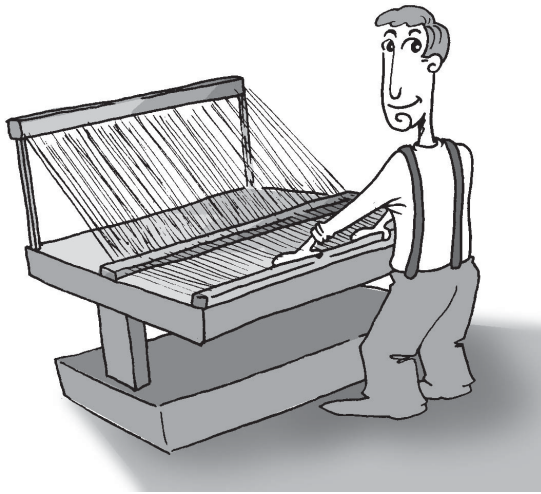
- Crescimento da riqueza acumulada devido ao fluxo de metais das colônias do chamado “novo mundo” (América, principalmente) e das atividades comerciais e bancárias.
- O aumento da demanda e dos mercados.
- O desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

O resultado foi o aumento da produção em escala em toda a Europa, juntamente com mudanças na organização e divisão do trabalho. Surgiram as primeiras fábricas e as primeiras formas de energia industrial.

Revolução Industrial

Podemos definir a Revolução Industrial como o conjunto de mudanças e inovações tecnológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais que transformaram a antiga sociedade agrária em sociedade industrial. A Revolução Industrial se caracteriza pelo uso de energia não-humana e não-animal — inicialmente madeira e carvão e, depois, vapor e eletricidade — e pelo emprego de máquinas em larga escala. O processo de produção foi transferido das casas e pequenas oficinas para as fábricas, onde passou a ser exercido coletivamente, disseminando o processo de divisão do trabalho por funções ou por tarefas.

A burguesia ascende ao poder e passa a prevalecer o trabalho assalariado, que caracteriza o capitalismo. Neste sistema, os homens vendem sua força de trabalho a um capitalista que obtém, com isso, determinado lucro. Os mercados também se expandem, permi-



tindo a exportação dos excedentes da produção.

A Revolução Industrial teve lugar em diferentes épocas ao redor do mundo, tendo iniciado, com toda força, na Inglaterra do século 18. O aperfeiçoamento da máquina a vapor (1769) e a melhoria das vias de comunicação (a partir de fins do século 18) foram outros fatores decisivos para o processo de industrialização em todo o globo, assim como a fabricação de máquinas para fabricar outras máquinas, os chamados bens de produção. A aplicação da energia elétrica nas indústrias, a partir de fins do século 19, provocou uma nova transformação radical.

Países que não dispunham das fontes de energia usadas até então, principalmente o carvão de pedra, puderam, finalmente, industrializar-se.

Um dos princípios básicos do capitalismo, nesse período, era o de sempre comprar no mercado mais barato e vender no mais caro. Assim, comprar a mão-de-obra no mercado mais barato significava comprá-la pelo menor valor por unidade de produção. Para o trabalhador, o raciocínio era inverso. Era melhor vender seu trabalho no mercado mais caro para que ele recebesse mais por unidade produzida.

Era industrial

Podemos fazer a seguinte divisão histórica do trabalho e da economia após a chegada da Revolução Industrial:

1780 - 1840: idade clássica da Revolução Industrial, com o nascimento da moderna classe trabalhadora.

1840 - 1890: fortalecimento e reinado supremo do capitalismo.

1890 - 1940: era do imperialismo econômico e do capitalismo de monopólio. Desenvolvimento da produção em massa e grande expansão das indústrias secundárias e terciárias. Aparecimento das grandes corporações de capital, com a concentração dos meios de produção nas mãos de poucos. Aumento brutal das diferenças entre patrão e empregado.

Uma das principais características da era industrial é a produção em série, difundida principalmente depois do advento da linha de montagem, que foi aplicada pela primeira vez nos Estados Unidos, no século 19. A linha de montagem foi aperfeiçoada por Henry Ford, em sua indústria de automóveis, em 1913. Ele obteve extraordinário sucesso, conse-

guindo reduzir em 8 vezes o tempo empregado na fabricação de um carro, o que gerou uma redução drástica nos preços e tornou o automóvel um bem acessível à maioria da população norte-americana.

Com a produção em larga escala e a linha de montagem, houve uma grande divisão do trabalho em simples e repetitivas tarefas, que podiam ser desempenhadas por trabalhadores sem qualificação. Os salários foram reduzidos e a mão-de-obra mais qualificada e capacitada foi, na maior parte dos casos, dispensada.

Administração científica

A administração científica surgiu junto com a produção em larga escala e com a necessidade de se medir os índices de produtividade e de eficiência. Ela baseia-se em três princípios, utilizados até hoje:

- Análise e divisão do processo de produção e o estabelecimento de normas de trabalho para cada empregado.
- Sistema de custos para controlar o custo da mão-de-obra de cada operação da empresa.
- Sistemas de incentivos e de supervisão para fazer os trabalhadores produzirem na intensidade máxima.

Comunismo

Com o crescimento do capitalismo, cresceu também a força da classe operária que passou a conseguir melhores condições de vida e trabalho, chegando, em alguns países, a derrubar a burguesia do poder. Assim, surgem os Estados chamados comunistas, onde não se admite a propriedade privada dos meios de produção. Tudo pertence e é administrado pelo Estado, que se encarrega de remunerar o trabalho dos cidadãos. O comunismo não teve êxito como sistema de governo e, após a dissolução da União Soviética, em 1991, praticamente desapareceu do mundo moderno. Sobrevivem apenas algumas ditaduras comunistas, como Cuba e Coréia do Norte.

Psicologia industrial

Nos primeiros anos do século 20, os conceitos de produção em massa e divisão do trabalho estavam sendo aplicados indiscriminadamente, com o objetivo de aumentar a produtividade e reduzir os custos. Os operários eram forçados a atividades repetitivas e contínuas e obrigados a trabalhar em velocidades cada vez maiores. Esse quadro começou a causar danos físicos e mentais na massa trabalhadora, o que fez com que os índices de produtividade, até então crescentes, comessem a cair. Os sindicatos faziam pressão por

melhores condições de trabalho. A solução encontrada foi buscar a motivação do trabalhador, fazendo com que ele se integrasse e participasse ativamente das atividades da empresa. Vários estudos provaram que a disposição e a colaboração do empregado eram mais importantes até do que as condições em que ele executava suas atividades. Por outro lado, as empresas também passaram a se preocupar mais com seus trabalhadores, desenvolvendo equipamentos e modos de produção preocupados com fatores humanos, como a ergonomia e a satisfação no trabalho.

***Ergonomia** é a técnica que busca adaptar o homem ao seu posto de trabalho, às máquinas e instrumentos por ele utilizados e ao meio ambiente da empresa em geral.*

Indústria moderna

A evolução dos métodos e processos industriais culminou com o advento da automação, que desenvolveu-se a partir de três linhas básicas:

- Uso de máquinas para a execução de operações de produção (substituindo o trabalho humano em algumas atividades como a pintura e a solda, por exemplo).
- A introdução de equipamentos para mover materiais e peças durante o processo de fabricação.
- O aperfeiçoamento dos sistemas de controle de produção.

Máquinas e robôs executam tarefas desagradáveis e perigosas e que podem ser prejudiciais à saúde humana. Eles podem, por exemplo, lidar com pesos enormes e trabalhar de forma eficiente nas condições mais adversas. A automação permitiu que uma grande quantidade de trabalhadores passasse de operador de máquinas para supervisor de máquinas, melhorando sua condição funcional e salarial. Ao mesmo tempo, ela pode representar uma diminuição na oferta de postos de trabalho. Mas o que se tem observado é que, exceto em algumas situações e períodos específicos, o medo que a automação pudesse gerar desemprego em massa não se concretizou. Embora algumas funções e cargos tenham se tornado obsoletos, surgiu uma demanda por uma variedade de novas habilidades e conhecimentos.



B) O TRABALHO NO BRASIL

Origens

Podemos dizer que a história do trabalho no Brasil compreende as seguintes fases:

- 1500 a 1532: período pré-colonial baseado em economia extrativista e escambo com os índios.
- 1532 a 1600: predomínio da escravidão indígena.
- 1600 a 1700: instalação do escravismo colonial de *plantation* (monocultura extensiva para exportação).
- 1700 a 1822: continuação do regime escravocrata, economicamente mais diversificado, principalmente devido às atividades de mineração e manufatura.
- 1822 a 1888: mantêm-se as mesmas condições, mudando-se o foco para o café no sudeste no lugar da cana no nordeste.
- 1889 a 1930: período de transição, com a abolição do trabalho escravo e a passagem para o sistema capitalista.

A partir de 1880, o cenário econômico e trabalhista começou a se alterar significativamente no Brasil em virtude da intensificação do fluxo de imigrantes vindos da Europa. A presença destes imigrantes europeus exerceu forte influência na formação do movimento operário brasileiro. Para se ter uma idéia, em 1900, cerca de 90% dos operários industriais do estado de São Paulo e 40% do Rio de Janeiro eram estrangeiros. Além disso, a imigração teve grande importância na economia, pois aumentou bastante a parcela economicamente ativa da população.

Movimento operário

O início do movimento operário no Brasil, como em todas as outras partes do mundo, não foi fácil, encontrando grande resistência por parte do Estado e das forças econômicas e políticas. O próprio *Código Criminal*, vigente em 1890, já tentava proibir as greves e as coligações operárias. Mas, mesmo assim, em 1893 é fundado o Partido Operário Brasileiro. De caráter político socialista, ele defendia, entre outras coisas, o sufrágio universal, o fim da propriedade privada da terra e a proibição do trabalho de menores de 12 anos. Não devemos esquecer que a situação de todos os operários na época era bastante semelhante: baixa remuneração e condições precárias de alimentação, saúde e moradia. Para piorar, não havia legislação trabalhista que garantisse as mínimas condições de trabalho.

Legislação trabalhista

O processo de elaboração de uma legislação trabalhista no Brasil começa, efetiva-



mente, a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas. Embora os atos de Vargas tivessem, muitas vezes, um cunho paternalista e demagógico, é inegável o avanço obtido pelos trabalhadores em seu governo. Algumas das principais ações foram a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1931, oriundo do Departamento Nacional do Trabalho, e a fixação dos primeiros níveis do salário mínimo em 1940. Já em 1941, o governo instituiu a Justiça do Trabalho e, em 1943, foi editada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),

reunindo todas as resoluções trabalhistas editadas desde 1930. Outros fatos importantes foram a criação do Serviço Social da Indústria (SESI) em 1946 e a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963.

Atualidade

20

A partir do Golpe de Estado de 1964, algumas importantes alterações na política e na legislação trabalhista foram implementadas, como a Lei de Greve de 1964 e a Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Além disso, o governo passou a promulgar leis de política salarial, tentando controlar preços e salários, o que não deu certo até 1994, quando foi implantado o Plano Real e passou a vigorar a idéia da livre negociação, através dos contratos coletivos de trabalho. Para concluir, deve-se mencionar a Constituição de 1988, que criou e incluiu vários direitos sociais e trabalhistas em seu texto, entre eles a redução da jornada semanal de trabalho para 44 horas, o adicional de horas extras de 50% e o acréscimo de um terço na remuneração das férias.

